

Semiótica peirceana: Construindo caminhos possíveis para a compreensão da apropriação e da ressignificação dos símbolos nacionais

Peircean semiotics: Building possible paths for understanding the appropriation and resignification of national symbols

Semiótica peirceana: Construyendo caminos posibles para comprender la apropiación y resignificación de los símbolos patrios

Recebido: 04/05/2022 | Revisado: 13/05/2022 | Aceito: 22/05/2022 | Publicado: 28/05/2022

Auxilia Ghisolfi Freitas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0495-0735>

Pesquisadora, Brasil

E-mail: zilaghisolfi@gmail.com

Geane Uliana Miranda

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0077-1158>

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

E-mail: geaneuliana@gmail.com

Resumo

Este ensaio teórico tem por objetivo refletir sobre a apropriação e a ressignificação dos símbolos nacionais à luz da semiótica peirceana. Para isso, busca-se elucidar acerca do campo teórico da semiótica americana de Peirce e da ressignificação dos símbolos nacionais no que se refere à História do Tempo Presente e à conjuntura política do Brasil, tendo por recorte o golpe civil/militar de 1964, o processo de redemocratização, o impeachment de Fernando Collor de Mello, os protestos de 2013 e o vigente período político. Observa-se que, ao longo da história, apesar de vários movimentos terem utilizado os símbolos nacionais, atualmente, esta apropriação se restringe à extrema direita, de tal forma que seu uso é diretamente associado a tal vertente. Compreende-se que os símbolos nacionais dizem respeito ao sentimento de pertencimento, à ideia de unidade nacional e ao pluralismo político. Dessa forma, defende-se que a apropriação dos símbolos nacionais do país cabe a todos (as) os (as) brasileiros (as), sem distinção de filiação político-partidária ou ideológica.

Palavras-chave: Semiótica; Símbolos nacionais; Ressignificação.

Abstract

This theoretical essay aims to reflect on the appropriation and resignification of national symbols in the light of Peircean semiotics. For this, we seek to elucidate about the theoretical field of Peirce's American semiotics and the resignification of national symbols with regard to the History of the Present Time and the political conjuncture of Brazil, having as a cut the civil/military coup of 1964, the redemocratization process, the impeachment of Fernando Collor de Mello, the 2013 protests and the current political period. It is observed that, throughout history, although several movements have used national symbols, currently, this appropriation is restricted to the extreme right, in such a way that its use is directly associated with this aspect. It is understood that national symbols relate to the feeling of belonging, the idea of national unity and political pluralism. Thus, it is argued that the appropriation of the country's national symbols belongs to all Brazilians, without distinction of political-party or ideological affiliation.

Keywords: Semiotics; National symbols; Resignification.

Resumen

Este ensayo teórico tiene como objetivo reflexionar sobre la apropiación y resignificación de los símbolos nacionales a la luz de la semiótica peirceana. Para ello, buscamos dilucidar sobre el campo teórico de la semiótica americana de Peirce y la resignificación de los símbolos nacionales con respecto a la Historia del Tiempo Presente y la coyuntura política de Brasil, teniendo como corte el golpe cívico-militar de 1964, el proceso de redemocratización, la destitución de Fernando Collor de Mello, las protestas de 2013 y el período político actual. Se observa que, a lo largo de la historia, si bien varios movimientos han utilizado símbolos patrios, en la actualidad, esta apropiación está restringida a la extrema derecha, de tal forma que su uso está directamente asociado a este aspecto. Se entiende que los símbolos patrios se relacionan con el sentimiento de pertenencia, la idea de unidad nacional y el pluralismo político. Así, se argumenta que la apropiación de los símbolos patrios del país pertenece a todos los brasileños, sin distinción de afiliación política o ideológica.

Palabras clave: Semiótica; Símbolos nacionales; Resignificación.

1. Introdução

O presente ensaio teórico discorre sobre a apropriação e a ressignificação dos símbolos nacionais à luz da semiótica americana de Charles Peirce. Para isso, inicia-se com a apresentação da semiótica e sua contribuição para a compreensão dos símbolos, em seguida se discute a ressignificação dos símbolos nacionais no que se refere à História do Tempo Presente e à conjuntura política do Brasil, tendo como recorte o golpe civil-militar¹ de 1964, o processo de redemocratização, o impeachment de Fernando Collor de Mello, os protestos de 2013 e o vigente período político. Com os conteúdos abordados, propõe-se contemplar as questões norteadoras: o que é a semiótica peirceana e como ela pode contribuir para a compreensão dos símbolos? O que é a apropriação e a ressignificação dos símbolos nacionais? O que a História do Tempo Presente e a semiótica peirceana podem ensinar sobre a atual ressignificação dos símbolos nacionais por determinados grupos políticos?

Antes de tudo, esclarece-se que, de acordo com Meneghetti (2011), os ensaios teóricos possuem uma natureza reflexiva e interpretativa, de forma a valorizar a análise qualitativa dos fenômenos discutidos. O autor também esclarece que os ensaios teóricos se diferem das pesquisas, pois o que os regem não é a busca de respostas e sim as perguntas que os orientam. Portanto, os ensaios teóricos não seguem os caminhos para elaboração de pesquisas: definição do tema; formulação da questão de pesquisa; justificativa; revisão de literatura; objetivos gerais e específicos; estratégias metodológicas (participantes, local, métodos e técnicas, instrumentos, aspectos éticos, coleta de dados); tratamento dos dados (organização, tabulação, análise e interpretação dos resultados); e síntese (redação e apresentação da pesquisa) (Fontelles *et al.*, 2009). Neste sentido, modelos de ensaios teóricos disponíveis nos repositórios da Universidade de São Paulo (s/d) e da Universidade Federal de Santa Catarina (2009) indicam que se sigam a seguinte estrutura: introdução, corpo do ensaio ou fundamentação e conclusão. Dito isso, o presente ensaio é composto pelas seguintes seções de texto: introdução; semiótica peirceana: construindo caminhos possíveis para a compreensão dos símbolos; apropriação e ressignificação dos símbolos nacionais: uma leitura à luz da semiótica peirceana; considerações finais; e referências.

Adentrando no conteúdo do presente ensaio teórico, faz-se importante se apresentar a compreensão acerca do que é a História do Tempo Presente. De acordo com Fico (2012, p. 45), “[...] a marca central da História do Tempo Presente – sua imbricação com a política – decorre da circunstância de estarmos, sujeito e objeto, mergulhados em uma mesma temporalidade, que, por assim dizer, não terminou”. Nessa via, Mudrovic (2007) entende por História do Tempo Presente aquela historiografia que tem por objeto acontecimentos ou fenômenos sociais, que constituem recordações de pelo menos três gerações que compartilham o mesmo presente histórico. Considera-se que a principal inovação dessa proposta é o caráter inacabado e em constante movimento que constitui essa história. Assim, coloca-se para o (a) historiador (a) a responsabilidade em abordar temas controversos e que ainda tocam indelevelmente a vida das pessoas. Utilizando a imagem do palimpsesto proposta por Bédarida (2006, p. 219) “[...] o tempo presente é reescrito indefinidamente utilizando-se o mesmo material, mediante correções, acréscimos, revisões”, num constante processo de reescrita².

Dito isso, cabe contextualizar, brevemente, o caminho histórico percorrido para discorrer acerca da apropriação e da ressignificação dos símbolos nacionais. Compreende-se que, com o golpe civil-militar de 1964, os símbolos nacionais foram apropriados e utilizados na propaganda daqueles governos. Sob outra perspectiva, a partir do processo de redemocratização,

¹ O termo não é consensual. Para Daniel Aarão Reis Filho (2004), por exemplo, o golpe de 64 reforçou a atuação do capital financeiro internacional. René Dreifuss (1981) utiliza o termo empresarial-militar e Carlos Fico prefere a expressão ditadura militar (Fico, 2004).

² Acrescenta-se, também, que a revolução historiográfica empreendida pela Escola dos Annales, na França, a partir de 1929, cedeu ao contemporâneo um lugar legítimo na história, ainda que tenha mantido o estigma de objeto de estudo problemático e a sua legitimidade tenha sido constantemente questionada. Entretanto, com a ocorrência das duas grandes guerras mundiais no início do século XX e a crise de paradigmas nas ciências sociais, a comunidade de historiadores começou a aceitar a história recente como um campo compreensível dos estudos históricos (Freitas, 2008). A denominação “história do tempo presente” começou de fato a se tornar comum para os historiadores franceses a partir da criação, em 1978, do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), cujo primeiro diretor foi François Bédarida (até 1990), segundo o modelo do Institut für Zeitgeschichte de Munique – criado em 1950. O IHTP sucede ao Comitê Francês de História da Segunda Guerra Mundial, criado em 1951. Esta filiação institucional é sem dúvida nenhuma um dos elementos explicativos do lugar eminente ocupado pela Segunda Guerra Mundial nos temas e campos de pesquisa privilegiados pelo IHTP na França (Delacroix, 2018).

com as Diretas Já (1984) e, posteriormente, do movimento pelo impeachment de Fernando Collor de Mello, com o movimento dos Caras pintadas (1992), ocorre uma reapropriação e ressignificação dos usos dos símbolos nacionais. De outro modo, desde 2013, verifica-se nova apropriação e ressignificação destes símbolos pela vertente política mais à direita.

Discutir a temática proposta é atual e urgente no Brasil, pois se vive um momento de polarização política, em que um determinado grupo se apropria dos símbolos nacionais, de forma a colocar aqueles (as) que possuem outra compreensão governamental como não patriotas ou inimigos da nação — o que ocasiona uma ressignificação destes símbolos. Este contexto político foi agravado pelo período corrente de pandemia da Covid-19³, que ocasionou ou intensificou crises em diversos âmbitos: sanitário, econômico, social, científico e político.

Neste cenário vivenciado no Brasil no período de vigência da pandemia da Covid-19, faz-se importante esclarecer que o atual governo, juntamente com lideranças do Congresso Nacional ligadas ao agronegócio, a determinadas vertentes religiosas e à defesa do aumento de armamento — conhecidas como bancada BBB: boi, bíblia e bala —, sustenta uma pauta conservadora de não garantia de direitos, de falta de proteção ambiental, de desvalorização da ciência e de pouco apreço pela vida — como se pode observar pelo número de pessoas⁴ que perderam a vida durante a pandemia.

Desde já, evidencia-se a defesa por outras pautas políticas e o entendimento de que os símbolos nacionais dizem respeito ao sentimento de pertencimento, à ideia de unidade nacional e ao pluralismo político. Desse modo, defende-se que todo (a) o (a) brasileiro (a) pode sair às ruas apropriado (a) das cores verde e amarelo, do hino nacional e da camisa da seleção, independente da concepção política. Em outras palavras, advoga-se que o uso dos símbolos nacionais não pode ser restringido a determinado grupo. Isso porque o Brasil deve ser considerado a terra de todos e não a nação de alguns, que se filiam a certa acepção política.

Diante do exposto, para abordar as perguntas norteadoras e permitir reflexões embasadas sobre a temática, apresenta-se, a seguir, a semiótica peirceana, a fim de discutir, posteriormente, como ela pode contribuir para a compreensão da ressignificação dos símbolos nacionais.

2. Semiótica Peirceana: Construindo Caminhos Possíveis Para a Compreensão dos Símbolos

Para compreender a apropriação e a ressignificação dos símbolos nacionais à luz da semiótica peirceana, faz-se necessário a explicação de alguns conceitos presentes em seu arcabouço teórico. Neste, termos como fenômeno, consciência, símbolo, ícone, signo são formulações de ideias, por meio de palavras, que compõem a teoria peirceana e mantêm uma relação entre objetos e pensamentos. É relevante informar que se trata de uma teoria vasta que permite discussões inesgotáveis e, por esse motivo, o presente artigo não tem a pretensão de esgotar o debate, limitando-se a instigar o interesse pela temática. Diante disso, propõe-se apresentar, brevemente, este campo conceitual a fim de ser possível, em seguida, a compreensão da ressignificação dos símbolos nacionais brasileiros.

É importante observar que o autor norte-americano Charles Sanders Peirce (1839-1914) é o nome mais importante da semiótica moderna (Noth, 2005). Além de filósofo e linguista, também foi matemático e suas pesquisas apresentam relevantes contribuições à lógica — talvez por este motivo sua teoria seja bastante complexa. Para facilitar o entendimento deste complexo campo teórico, é possível fazer uma analogia com uma caixa de presente, a qual está embrulhada com uma vasta camada de diferentes papéis e na medida em que se retira cada papel, vai se desvendando, gradualmente, conceitos

³ Em 11 de março de 2020, o diretor da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, declarou que havia uma pandemia causada pela disseminação do novo Coronavírus (Sar-Cov.2). A classificação de pandemia ocorre quando a contaminação pelo vírus atinge um determinado número de pessoas pelo mundo (OPAS, 2020).

⁴ De acordo com o Painel do Coronavírus Brasil, criado pelo governo federal, até a data de 03/05/2022, foram registradas 663.694 óbitos acumulados. <https://covid.saude.gov.br/>

fundamentais para a compreensão da análise semiótica. Ou ainda, pode-se equipará-lo à semelhança de um funil, uma vez que os conceitos são agrupados dentro de outros, os quais apresentam relações entre si.

Diante do exposto, é fundamental apresentar a semiótica, que pode ser compreendida como a ciência do signo, o qual pode ser definido como um objeto que representa outro para alguém (Peirce, 1986), sendo algo essencial para a comunicação humana (Noth & Santaella, 2017). A semiótica também pode ser entendida como a teoria da significação (Noth, 2005), ou ainda, de acordo com Santaella (1990, p. 13), “[...] é a ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido”.

Para compreender a semiótica, faz-se relevante explicar a fenomenologia ou a faneroscopia criada por Peirce, que tem por objeto tudo aquilo que emerge na consciência (Zuliani, 2011) — a qual se diferencia da fenomenologia originalmente idealizada por Husserl. Faneroscopia é, então, o aparente, aquilo que se manifesta. Em outras palavras, faneroscopia é a descrição do (*phaneron*) ou fenômeno, o qual pode ser compreendido como o conjunto de tudo o que se apresenta na mente ou no espírito, seja qual for o modo, momento ou sentido (Santaella, 2016). Assim, “Não há nada mais aberto à observação do que os fenômenos, ou seja, tudo aquilo que aparece a todos nós em quaisquer momentos em todos os cantos e esquinas do nosso cotidiano” (Santaella, 2016, p. 121).

É essencial destacar que Peirce classificou os fenômenos em três categorias, que se referem às fases operativas do processo de percepção de todos os signos. São elas: primeiridade, secundidade e terceiridade. A primeiridade, conforme sugere a palavra, é o que ocorre primeiro à mente. É o sentir; a percepção primária, na qual o signo é percebido por meio dos elementos que suscitam a sensação, a emoção, o sentimento. Já a secundidade é o reagir; percepção secundária, em que o signo é decomposto em associações e relações, sendo percebido como mensagem. A terceiridade é o pensar; percepção final, na qual há a leitura simbólica, dentro de um contexto amplo de significações. O processo dinâmico de interligação entre os três aspectos apresentados acima foi chamado por Peirce de semiose (Melo & Melo, s/d).

Ainda seguindo com a analogia do funil, Peirce dividiu o signo em uma tricotomia denominada de *quali-signo*, *sin-signo* e *legi-signo*. O *quali-signo*, apresenta as qualidades que o signo exhibe. Por exemplo, ao ver a cor vermelha é possível criar uma cadeia associativa, pois faz lembrar sangue, rosas vermelhas, ketchup, molho de tomate etc. O poder de sugestão da cor a faz funcionar como signo e pode ser associada a uma imagem, um ícone ou a representação de um objeto, neste caso, de cor vermelha. Já o *sin-signo* diz do caráter existente, concreto e real do signo; é a percepção real de qualquer processo. Concluindo, o *legi-signo*, por sua vez, é a lei, geralmente estabelecida pelos homens, que é um signo, comumente, representada por um símbolo (Melo & Melo, s/d).

Em suma, apresentou-se, sucintamente, a importância das contribuições teóricas de Peirce, a definição da semiótica, do signo, da faneroscopia e das tríades primeiridade-secundidade-terceiridade e *quali-signo*, *sin-signo* e *legi-signo* — englobando ícone, símbolo, semiose e outros conceitos. A partir dessa compreensão conceitual, considera-se ser possível analisar a ressignificação dos símbolos nacionais à luz da semiótica peirceana.

Por fim, cabe mencionar o entendimento de que os conceitos teóricos são palavras carregadas de sentido e sua amplitude pode ser comparada a uma espécie de lente de aumento. Dessa forma, a lente da semiótica é aqui usada para ampliar o foco, a fim de permitir ler os fatos de forma mais precisa e com algum distanciamento — se isso for possível. Destarte, o que se propõe, a seguir, é uma leitura semiótica da ressignificação dos símbolos nacionais, no Brasil, a partir da segunda metade do século XX e início do XXI.

3. Apropriação e Resignificação dos Símbolos Nacionais: Uma Leitura à Luz da Semiótica Peirceana

A partir da semiótica peirceana, o presente artigo discute a apropriação e a resignificação dos símbolos nacionais no Brasil, tomando como recorte da História do Tempo Presente o período entre o golpe civil-militar de 1964, o processo de redemocratização, o impeachment de Fernando Collor de Mello e as manifestações de 2013. Ao final, realiza-se uma reflexão acerca da utilização das cores verde e amarelo e da bandeira brasileira nas manifestações de grupos ligados à vertente política mais à direita.

Primeiramente, faz-se necessário entender o que são os símbolos nacionais. Ao explicá-los, em consonância com a constituição brasileira, Gabriel Firme (apud Moura, 2020, p. 1), faz a seguinte afirmação:

Os símbolos nacionais representam a nação brasileira e os fundamentos constitucionais: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Os símbolos nacionais exaltam os valores positivos de uma nação. A nação brasileira compartilha um conjunto de culturas e práticas. Nação significa união de um povo com sentimento de pertencimento e sentimento de unidade entre si.

De acordo com o enunciado acima, o significado de símbolo nacional é, então, de união de um povo, pluralismo político e sentimento de pertencimento. No entanto, quando determinado grupo, independente da vertente política, apropria-se do símbolo nacional, ele altera a conotação inicial, atribuindo-lhe sentido diferente para o qual foi criado.

O sentimento de pertencer a um determinado espaço, compartilhar a mesma cultura e a mesma língua, são características de um fenômeno surgido na Europa, no século XIX, chamado de nacionalismo. De acordo com Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004, p. 799):

Em seu sentido mais abrangente o termo nacionalismo designa a ideologia nacional, a ideologia de determinado grupo político [...] que se sobrepõe às ideologias dos partidos, absorvendo-as em perspectiva. O Estado nacional geral, o nacionalismo, na medida em que suas estruturas de poder, burocráticas e centralizadoras, possibilitam a evolução do projeto político que visa a fusão do Estado e nação, isto é a unificação de seu território, de língua, cultura e tradições.

Este sentimento nacional é característico da formação dos Estados Nacionais que passaram a identificar sua soberania a partir dos (as) cidadãos (ãs) e dos regimes democráticos e constitucionais. Isso se difere dos Estados Absolutistas europeus formados nos séculos anteriores, no qual seus membros eram súditos e a soberania era atribuída à figura de um monarca absoluto (Bobbio et al., 2004).

No Brasil, o nacionalismo foi incentivado como ideologia, a partir do Estado Novo⁵ (1937-1945), no governo do presidente Getúlio Vargas, o qual apresentava, como características principais, o autoritarismo, o anticomunismo e o nacionalismo. Sua forma de expressão mais comum é o patriotismo.

Pode-se então fazer as seguintes reflexões: o que é ser patriota? Qual a conotação do termo Pátria? De acordo com o dicionário de etimologia (Dicio, 2022), a Pátria carrega consigo uma herança cultural de pater/pai. Para os romanos era a terra paterna, e seus descendentes eram os patrícios. Pensando nos bens culturais e na etimologia, a bandeira é Pátria porque é um patrimônio do seu povo e, como tal, sua apropriação deve ser coletiva, utilizada em eventos que celebrem ou reforcem o sentido de pertencimento do coletivo. Nesse sentido, ser patriota é também ter atitudes e valores humanistas na defesa da ética e do bem comum, é ser cidadão (ã) no sentido amplo do termo de ter direito à vida, à liberdade, aos direitos civis e políticos,

⁵ Na historiografia brasileira, trata-se do período ditatorial que, sob a égide de Getúlio Vargas, teve início com o golpe de estado de 10 de novembro de 1937 e se estendeu até a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945. Duas linhas básicas de interpretação têm prevalecido na maneira de situar essa fase abertamente ditatorial no curso do processo político inaugurado pela Revolução de 1930. Uma primeira interpretação tende a situar o Estado Novo como um parêntese ditatorial, provocado por causas conjunturais internas e externas, no processo de democratização das instituições políticas brasileiras iniciado em 1930 e retomado em 1945. A outra interpretação, ao contrário, vê o Estado Novo como resultante do prevalecimento da vertente autoritária contida na própria Revolução de 1930, vertente essa que expressaria uma tendência estrutural nos países de capitalismo retardatário e dependente (Martins, 2010).

participando ativamente dos rumos da sociedade, além de poder votar e ser votado (a). Contudo, é importante pontuar a compreensão que, ao demonstrar o patriotismo de forma extrema, este sentimento de amor à Pátria deixa de refletir valores humanistas para se tornar ufanista, vangloriando-se e reivindicando para si méritos exagerados, de modo a se transformar em uma espécie de patriotismo arrogante.

Retomando os conceitos de Peirce, observa-se que um símbolo nacional é também uma das formas de mediação dos significados, pois carrega o poder de representar algo para alguém. Neste caso, a bandeira, a camisa da seleção brasileira e as cores verde e amarela são símbolos dotados de significado. “Para Peirce, o signo existe tanto como um objeto externo em um plano de realidade objetiva como também existe na mente da pessoa que o percebe” (Alves, 2016, s/p). Nesse sentido, busca-se discutir: como acontece, na prática, o processo de semiose ou produção de significados quando um indivíduo sai à rua enrolado na bandeira do seu país ou vestindo uma camisa com as cores da bandeira nacional?

Para abordar a questão levantada, recupera-se o conceito peirceano de significante, que é a forma do símbolo. Quando se olha para a bandeira brasileira, ocorre o que Peirce chamou de semiose, que é a ação de produzir e gerar signos. Os signos, como dito anteriormente, são também símbolos ou sinais que expressam significados. É necessário, então, observar como este símbolo foi criado lendo-o a partir dos conceitos semióticos de primeiridade, secundidade e terceiridade já elucidados anteriormente.

Nessa perspectiva, partindo do pressuposto de que uma pessoa é brasileira e conhece a bandeira nacional, ao olhar para este símbolo, em sua mente ocorre o que Peirce chamou de primeiridade. Ou seja: o sentir! É o momento em que o signo bandeira brasileira é percebido por meio dos elementos que suscitam a sensação, a emoção, o sentimento. É importante salientar que, ao criar a bandeira, todos aqueles elementos ali colocados, como a cor verde, por exemplo, têm como intenção remeter ao verde das matas brasileiras; o amarelo ao ouro e às riquezas minerais do subsolo; o azul lembra o céu; o branco diz respeito à paz; e as estrelas fazem referência aos Estados brasileiros e ao Distrito Federal. Há ainda a frase “Ordem e Progresso”, que exalta o lema do positivismo⁶. Todos estes elementos estão ali formando o signo e, ao visualizá-los, desperta-se o sentimento de pertencimento a esta terra chamada Brasil, enaltecendo o orgulho e a emoção da celebração e da conquista (Santaella, 1990).

Já a secundidade é uma relação diádica – que é a relação com outra pessoa ou grupo – na qual ocorre a associação e passa a ser percebido como mensagem. Explicando melhor: secundidade é também a ação e a reação dos fatos concretos existentes no mundo real, é materialidade. No caso do símbolo bandeira, ao usá-la, seja em eventos públicos ou hasteando-a na janela durante o jogo da seleção brasileira, demonstra-se uma reação ou exaltação de um sentimento que pode ser de alegria, de identidade ou até de tristeza. São atos de reação e interação. Ou conforme as palavras de Santaella (1990, p. 21) “secundidade é aquilo que dá à experiência seu caráter factual”. Já o conceito de terceiridade sintetiza e permeia os anteriores. É o momento dos discursos, conceituações, interpretações, experiências e aprendizagens suscitadas pelo símbolo. Assim, ao usar uma bandeira, ocorre este processo de semiose.

Todavia, quando estes símbolos são apropriados por grupos, sejam eles de qualquer vertente política ou mesmo por aqueles que detêm o poder, ocorre um processo de ressignificação. Resignificar é atribuir um novo significado ou dar um sentido diferente (Dicio, 2022). No caso da presente reflexão, compreende-se que ressignificar é dar um novo significado ao uso dos símbolos, uma vez que seu uso por um determinado grupo não representa o pluralismo político ou a ideia de unidade e nação.

Este processo de ressignificação e apropriação pode ser verificado em diferentes contextos da História do Tempo Presente, como no regime militar (1964 – 1988), no movimento por eleições diretas para presidente, conhecido como Diretas

⁶ Corrente filosófica do século XIX, desenvolvida pelo sociólogo Augusto Comte. A frase tem como pressuposto a defesa da ordem e da ciência para a obtenção do progresso social.

Já (1983 – 1984), no início da década de 1990 com o movimento estudantil denominado Caras Pintadas (1992), o qual culminou com o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, bem como a partir das manifestações de 2013.

Certamente um dos exemplos que melhor exprimem o processo de ressignificação dos símbolos nacionais, durante o regime militar, foi o uso do slogan “Brasil, Ame-o ou Deixe-o”, no governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974). Acompanhado pela imagem da bandeira nacional, a frase impunha um forte significado ideológico implícito e pode ser lido da seguinte forma: quem apóia o regime conservador, militar, tem o direito de permanecer no seu país; quem discorda deve sair, ser exilado (a), torturado (a) ou até ter a vida ceifada por pensar diferente da ideologia⁷ dominante. Nesse sentido, cabe mencionar que “De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, cerca de 50 mil pessoas tiveram a cidadania diretamente violada durante o período, marcado pela intolerância do lema criado pelo governo militar: ‘Brasil, ame-o ou deixe-o’” (Gandra, 2014, s/p).

Para obter êxito na disseminação da ideologia, a propaganda veiculada pelo regime era sobretudo de caráter ufanista. A letra da música “Eu te amo meu Brasil, eu te amo” falava de um Brasil jovem, belo, abençoado por Deus e com um coração que é verde, amarelo, branco, azul e anil⁸. Mas, nos porões da ditadura, as pessoas desapareciam, os atos de corrupção não eram investigados e a imprensa era censurada (Dias, 2016).

Ainda durante o período ditatorial, observa-se que a vitória da seleção brasileira, na copa de 1970, mobilizou a população: bandeiras verde e amarelo exaltavam o Brasil, criando o clima propício para aliar patriotismo e futebol à propaganda de um “Brasil que vai pra frente”⁹. Apesar de ter passado para a História como o mais repressivo de todo o regime, Médici era também apresentado como um homem apaixonado por futebol. A vitória da seleção brasileira sobre a seleção italiana por 4 a 1 ganhou destaque e soube ser explorada pela propaganda oficial de que tudo ia muito bem no Brasil. O “milagre econômico” dava à classe média a oportunidade de realizar os sonhos de consumo do carro e dos eletrodomésticos (Almeida, 2020).

Contudo, a partir do final da década de 70, a oposição contra a ditadura brasileira cresceu e outros países sul-americanos começaram a vivenciar a redemocratização (Dias, 2016). No Brasil, este processo (1974-1988) pode ser compreendido como a transição entre o regime militar, que foi iniciado no golpe de 1964, e o regime democrático, que culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988 (Chauí & Nogueira, 2007). Esta transição se iniciou na presidência do general Ernesto Geisel, em 1974, quando houve o enfraquecimento do “milagre econômico” e a proposta de realizar uma abertura segura, lenta e gradual sob o controle dos militares (Souza Junior, 2017; Reis, 2010).

Nesse cenário de redemocratização, o estopim que levou milhares de pessoas às ruas pelo fim da ditadura e a volta da democracia foi a proposta de emenda constitucional (PEC) 05/1983, de autoria do deputado federal Dante de Oliveira, do antigo PMDB, atual MDB, de Mato Grosso – movimento conhecido como Diretas Já. Apesar da euforia que tomou conta dos parlamentares da oposição e de boa parte dos (as) brasileiros (as), durante o debate da proposta, a emenda foi derrotada pois exigia quórum de dois terços não alcançado pela oposição (Magalhães, s/d).

A derrota no congresso não desanimou a população e as lideranças políticas. Nomes de expressão nacional como o do deputado federal Ulisses Guimarães, dos governadores Franco Montoro (SP), Leonel Brizola (RJ) e Tancredo Neves (MG), juntamente com lideranças populares como o então presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da

⁷ O termo ideologia é usado aqui de acordo com Norberto Bobbio, Matteucci e Pasquino (2004, p. 585), cujo significado tem origem no conceito de Marx, entendido como “[...] falsa consciência das relações de domínio entre as classes [...] Denota, precisamente, o caráter mistificante da falsa consciência de uma crença política”.

⁸ Trechos da letra da música “Eu te amo meu Brasil”, composta por Dom (Eustáquio Gomes de Farias) e cantada pelo grupo Os Incríveis. <https://www.letras.mus.br/os-incriveis/332979/>

⁹ Refere-se à música “Este é um país que vai pra frente”, também cantada pelo grupo Os Incríveis. <https://www.letras.mus.br/os-incriveis/este-um-pais-que-vai-pra-frente/>

Silva, e a cantora Fafá de Belém, formaram um bloco histórico¹⁰ de forças políticas presentes nos grandes comícios que reuniram milhares de pessoas para exigir eleições diretas para presidente da República (Calulinho, 2009).

Este período (1983-1984) do processo de redemocratização ocorrido durante o governo do general Figueiredo, Diretas Já, pode ser considerado o maior movimento cívico da história do Brasil, tendo reunido a população que protestava contra a falta de liberdade (Delgado, 2007). “O fervilhar das ruas traduziu uma forte simbiose entre bandeira política democrática e aspiração coletiva por liberdade” (Delgado, 2007, p. 2). Nesta época, havia o apelo ao “quero votar para presidente”, marcado pelas cores verde e amarelo, bem como comícios finalizados ao som do hino nacional (Vieira, 2015).

[...] os comícios se espalham por todo o país, ganhando de vez os corações e mentes dos brasileiros. Transformam-se numa verdadeira festa cívica pela democracia, em que se juntam discursos políticos, músicas de protesto, execuções do hino nacional, uso do verde e do amarelo, que se tornou simbolicamente a cor da campanha das diretas [...]. Com efeito, mais do que simples atos públicos, o movimento pelas “Diretas já”, como ficou conhecido, reinventou o espaço da política trazendo para ele novos atores e personagens, e a alegria e criatividade da festa popular. No Rio de Janeiro, um imenso comício em 10 de abril de 1984 reúne cerca de um milhão de pessoas na Candelária, num verdadeiro “carnaval da democracia”. Seis dias depois é seguido pelo de São Paulo, no vale do Anhangabaú, que reúne um contingente ainda maior, estimado em um milhão e quinhentas mil pessoas (Reis, 2010, p. 230).

Tão importante quanto restaurar a democracia com eleições diretas para presidentes civis, foi o resgate do uso dos símbolos nacionais. Ao final dos comícios das Diretas Já, milhares de pessoas davam-se as mãos e cantavam o hino nacional. Naquele momento, quem cantava não era apenas um grupo de uma determinada vertente política, mas uma nação inteira, brasileira, plural, que reunia as maiores lideranças políticas e populares dos partidos de centro, direita e esquerda, soberanos em exigir de volta o regime democrático que lhes havia sido retirado em 1964. Naquele momento não só a democracia era resgatada, mas também o uso dos símbolos nacionais pelo seu povo. Da mesma forma, o movimento denominado Caras Pintadas, referente à participação do movimento estudantil no processo de impeachment de Collor em 1992 (Lopes, 2013), também mostrou a sua face: ao pintar o rosto com as cores verde e amarela, foram às ruas exigir a saída do presidente (Moreira, 1992).

Em relação a Collor, apesar de sua eleição ter se apresentado como uma vitória para a democracia brasileira, com o tempo, o presidente perdeu prestígio em razão de acusações de corrupção, gerando uma crise política no país (Sallum Junior & Casarões, 2011). Com isso, em 1992, milhares de pessoas foram às ruas do país protestar em favor do impeachment (Alves & Boni, 2011). Nesse cenário, usar a bandeira do Brasil como vestimenta e pintar os rostos de verde e amarelo, códigos nacionais, simbolizava o civismo (Quintão, 2010), assim como o preto era utilizado como demonstração de luto em relação à corrupção do governo (Arenado et al., 2016).

Décadas depois os símbolos nacionais novamente foram utilizados de forma expressiva. Em 2013, por meio da organização via redes sociais, a população foi mobilizada para ir às ruas protestar, exigindo, dentre outras reivindicações, a diminuição das tarifas dos transportes públicos e o fim da corrupção – movimento conhecido como “O gigante acordou”, embora haja discordância quanto ao uso e ao significado deste termo. Uma das características desse movimento era as pessoas se vestirem de verde e amarelo e erguerem a bandeira do Brasil. Desse modo, na época, um grupo se apropriou dos símbolos referentes à insígnia brasileira para ocupar as ruas com vistas à reivindicação de melhorias.

¹⁰ O termo *bloco histórico* é aqui utilizado no sentido definido pelo autor italiano Antonio Gramsci (2007). Para este autor, a construção de consenso é buscada pelos grupos hegemônicos da sociedade civil organizada, entre eles, os intelectuais e os partidos políticos, os quais atuam como representantes do bloco hegemônico, enquanto aspectos constitutivos da formação social. Neste processo, os elementos da superestrutura — conjunto de instituições e ideias dominantes — têm papel tão importante quanto os da infra-estrutura — conjunto das relações de produção que formam a base material que dá suporte à estrutura econômica. Para Gramsci (apud Gruppi, 1978, p. 79), há uma interrelação entre os elementos da economia com os da política, filosofia e cultura. Assim, economia e política formam um conjunto, um bloco, que assimila as forças e tensões internas da infra-estrutura e da superestrutura. A hegemonia dá sustentação ao *bloco histórico* como totalidade, na medida em que realiza a unidade de forças sociais e políticas diferentes, ou seja, promove consensos (Freitas, 2008).

Cabe pontuar que, em 2013, quando os manifestantes saíram às ruas convocados pelas redes sociais, de maneira informal, o fizeram negando e criminalizando a política e os políticos. Líderes de movimento como os *revoltados on-line*, *Vem pra rua* e *Movimento Brasil Livre (MBL)*, diziam-se apartidários e que os políticos não os representavam. Porém, bastou a primeira eleição para que boa parte daqueles que ganharam visibilidade com os protestos migrassem das ruas para as urnas. Por um lado, é compreensível que lideranças populares que se destacam venham a militar dentro da institucionalidade democrática vigente como os partidos políticos. Por outro, estes líderes elegeram-se negando e criminalizando a política partidária.

No que concerne à relação entre manifestação política e uso dos símbolos nacionais, nota-se que, desde 2013, a bandeira nacional, a camisa da seleção brasileira e as cores verde e amarelo, tem sido utilizada por grupos de direita. Isso pôde ser observado nas eleições presidenciais de 2018, em que houve a apropriação e a ressignificação desses mesmos símbolos por uma parte do eleitorado de direita. Ocorre que, até os dias atuais, estes símbolos estão associados, não mais a um movimento de protesto por melhorias, mas ao apoio ao presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018.

Nessa via, Oliver Stuenkel, professor de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas e colunista do jornal *El País*, relata apreensão ao sair de casa para uma corrida no parque Ibirapuera com a camisa da seleção brasileira: “Vão achar que você é um Bolsominion” – expressão utilizada para se referir aos (às) eleitores (as) de Jair Bolsonaro (Stuenkel, 2019, s/p), disse sua esposa. Neste mesmo artigo, Stuenkel observa que há uma tendência crescente de apropriação dos símbolos nacionais por grupos de extrema direita em países como a Finlândia, Estados Unidos e Alemanha. Ainda segundo o professor, “[...] Isso faz parte de uma estratégia sofisticada, pois permite uma suposta divisão da população entre patriotas de um lado e inimigos da pátria de outro” (Stuenkel, 2019, s/p).

Outrossim, o jornalista esportivo Breiller Pires (2018) descreve o receio do (a) torcedor (a) em usar a sua coleção de camisas da seleção brasileira na copa do mundo da Rússia de 2018 e ser confundido (a) com “paneleiros (as) e manifestoches” em alusão ao termo utilizado pela escola de samba Paraíso do Tuiuti no carnaval de 2018 no Rio de Janeiro. Pires (2018, s/p) observa que é “[...] também uma amostra de como o manto do selecionado nacional transcendeu os gramados para se tornar um símbolo político”. Nesta mesma linha, mas em outra reportagem, uma torcedora sai de casa com a camisa da seleção brasileira com o seguinte aviso preso ao pescoço: “Camisa utilizada exclusivamente para fins esportivos” (Fonseca, 2019, s/p).

Constata-se, portanto, que, ao longo da história brasileira, apesar de vários movimentos terem utilizado os símbolos nacionais, atualmente, esta apropriação se restringe à extrema direita. Isso é, como relatado anteriormente, caso alguém saia à rua abraçado (a) na bandeira nacional, irá ser considerado (a) um (a) defensor da extrema direita, ainda que não o (a) seja.

Conforme já mencionado por Stuenkel (2019), a apropriação de símbolos nacionais por grupos de extrema direita não é uma particularidade do Brasil, mas uma realidade em diversos países, nos quais radicais de direita tem se apropriado de suas bandeiras nacionais para taxar de “inimigos da Pátria” aqueles (as) que discordam de sua visão de mundo. Dito isso, fatos, como os elencados acima, mostram que os (as) defensores (as) do atual presidente Jair Bolsonaro se apropriaram dos símbolos nacionais, a partir de uma tendência de grupos radicais de direita pelo mundo, os quais usam suas bandeiras nacionais em seus eventos, criando, assim, uma espécie de segmentação polarizada que divide os cidadãos entre “nós patriotas” e “eles (as) impatriotas”.

Dessa forma, recupera-se o entendimento de que o patriotismo extremista, que exerce o amor à Pátria à revelia dos direitos humanos e dos valores universais, é uma demonstração de ufanismo, arrogância e descompromisso com a defesa da vida. Lembra-se, também, que quando certo grupo se apropria dos símbolos nacionais, há uma alteração do sentido inicial (pluralismo político, sentimento de pertencimento, ideia de unidade e nação), culminando em uma ressignificação. Nessa via, lança-se algumas reflexões: é coerente usar os símbolos nacionais para reafirmação de um grupo, entendido como patriota, em detrimento de outro, de mesma nacionalidade, colocado como inimigo da nação? Faz sentido defender uma posição política

como se fosse a única verdade possível para o povo brasileiro, de modo que quem pense diferente é considerado (a) impatriota? Será que a apropriação e a ressignificação dos símbolos nacionais são estratégias de legitimação de certos posicionamentos políticos em malefício de outros? A atual ressignificação dos símbolos nacionais condiz com a valorização e a manutenção da democracia, que prevê pluralismo político? Compreende-se que não cabe, aqui, responder a tais questionamentos, cujas respostas culminariam na redação de um novo texto, mas se considera pertinente deixá-los para que o (a) leitor (a) possa chegar a suas próprias conclusões a partir de todas as reflexões realizadas no artigo.

Retomando as contribuições da análise semiótica, esta permite compreender os símbolos como algo reconhecível ao primeiro olhar e despertar sentimentos de pertencimento, cidadania e liberdade, bem como possibilitar distinguir os usos e abusos destes símbolos. Acrescenta-se, também, a reflexão do grande historiador francês Marc Bloch (1886 – 1944), que se faz necessária, a título de considerações, em relação ao uso dos símbolos. No início do século XX, ele já afirmava que tão importante quanto o estudo do passado é o “estudo do homem no tempo” (Bloch, 2001 p. 51-60). Pois, o que a história faz é estudar as ações, transformações, ou ainda, as permanências que se estabelecem em determinados tempos e espaços, sejam eles políticos, econômicos ou sociais. Isto quer dizer que a história, o passado, deve servir para iluminar o presente.

Nessa perspectiva, se no presente o uso de um símbolo nacional, como uma camisa da seleção brasileira, pode causar constrangimento, torna-se urgente resgatar os símbolos nacionais apropriados. É necessário envolver a sociedade civil organizada, os movimentos estudantis, os partidos políticos, os (as) trabalhadores (as), os (as) profissionais liberais, enfim, todos (as) aqueles (as) lideranças formadoras de opinião que defendem pautas em defesa do fortalecimento e do aperfeiçoamento da democracia e de suas instituições, como os partidos políticos, evitando a sua proliferação; da ética política; do orçamento para as pesquisas nas universidades públicas; e da melhoria do sistema público de saúde. Nesse sentido, será possível formar um novo *bloco histórico* que seja capaz de resgatar da direita os símbolos nacionais e tudo o que eles, de fato, representam.

4. Considerações Finais

Retomando o objetivo inicial, o presente artigo buscou discutir a apropriação e a ressignificação dos símbolos nacionais no Brasil, discorrendo sobre o período do golpe civil-militar de 1964, da redemocratização, do impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, das manifestações de 2013, além de refletir sobre a ressignificação do uso da bandeira brasileira e das cores verde e amarelo.

Primeiramente, buscou-se explicar o campo teórico da semiótica peirceana a partir das contribuições de Peirce e da elucidação de semiótica, de faneroscopia e de tríades que auxiliam na compreensão da semiótica. Com a apresentação de tais conceitos, espera-se ter sido possível compreender a ressignificação dos símbolos nacionais à luz da semiótica peirceana. Em seguida, almejou-se clarificar o que são símbolos nacionais e como se pode compreendê-los à luz da semiótica peirceana, tendo como ponto de partida os períodos históricos já mencionados.

Renova-se o entendimento de que a discussão proposta é atual e urgente, em razão da vigente conjuntura política brasileira, marcada pela apropriação de símbolos nacionais. Porém, problematiza-se que estes símbolos (bandeira e suas cores) não são restritivos a um determinado grupo, tampouco sempre foram associados a este governo. Defende-se, assim, que a apropriação dos símbolos nacionais cabe a todo (a) e a qualquer brasileiro (a), não devendo se restringir a uma única vertente.

Constata-se que a tentativa de usurpação dos símbolos nacionais representa também a defesa de uma pauta conservadora de remoção de direitos, de negação da ciência, de pouco apreço pela vida e de destruição do meio ambiente com o aumento de queimadas e pouca fiscalização por parte do governo. Em oposição a estas pautas da extrema direita, é preciso que as demais lideranças políticas partidárias, sindicais, estudantis, conforme já citado acima, saiam às ruas, não só usando o verde e o amarelo, mas principalmente defendendo outras pautas. São as reivindicações que irão identificar a posição política

- Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio-teórico? *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, 15 (2), 320-332. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>
- Moreira, M. E. L. (1992). *Caras pintadas*. FGV CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/caras-pintadas>
- Moura, M. (2020). Símbolos nacionais representam a identidade de uma nação, diz consultor. Senado Notícias. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/17/simbolos-nacionais-representam-a-identidade-de-uma-nacao-diz-consultor>
- Mudrovic, M. I. (2007). El debate en torno a la representación de acontecimientos límite del pasado: alcance del testimonio como fuente. *Dianoia*, LII (59), 127-150. <http://dianoia.filosoficas.unam.mx/index.php/dianoia/article/view/307/307>
- Noth, W. (2005). *Panorama da semiótica: de Platão a Peirce*. Annablume https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5126571/mod_resource/content/1/panorama%20da%20semiotaica-%20platao%20a%20peirce.pdf
- Noth, W & Santaella, L. (2017). A semiótica e os signos: uma primeira orientação. In *Introdução à semiótica: passo a passo para compreender os signos e a significação*. (7-34). Paulus. <https://www.paulus.com.br/loja/appendix/4573.pdf>
- Organização Pan Americana de Saúde (OPAS). (2020). *OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia*. <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>
- Pátria. (2022). In *Dicio, Dicionário Online de Português*. 7Graus. <https://www.dicio.com.br/patria/>
- Peirce, C. S. (1986). *Writings of Charles S. Peirce: a chronological edition* (vol. 3). Indiana University Press. <https://cdchester.co.uk/wp-content/uploads/2018/05/Writings-of-Charles-S.-Peirce-A-Chronological-Edition-Vol.-3-1872%E2%80%931878-Charles-S.-Peirce.pdf>
- Pires, B. (2018). *Camisa da seleção, o símbolo contaminado por rixas ideológicas e as negociatas dos cartolas – Visto como instrumento político em manifestações, uniforme amarelo enfrenta rejeição após escândalos de corrupção que abateram o país e a CBF*. EL PAÍS, Esportes. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/16/deportes/1529108134_704637.html?rel=mas
- Quintão, T. T. (2010). Os *medias* e a construção dos caras-pintadas. *Revista Todavia*, 1 (1), 103-117. <https://www.ufrgs.br/revistatodavia/Artigo6%20-%20Revista%20Todavia.pdf>
- Reis, J. R. F. (2010). O coração do Brasil bate nas ruas: a luta pela redemocratização do país. In C. F. Ponte & I. Falleiros (Orgs.), *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. (219-236). FIOCRUZ/COC; FIOCRUZ/EPSJV. http://observatoriohistoria.coc.fiocruz.br/local/File/na-corda-bamba-cap_7.pdf
- Ressignificar. (2022). In *Dicio, Dicionário Online de Português*. 7Graus. <https://www.dicio.com.br/ressignificar/>
- Sallum Junior, B. & Casarões, G S P. (2011). O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. *Lua Nova*, 82, 163-200. <https://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a08n82.pdf>
- Santaella, L. (2016). *Mente e/ou consciência em C. S. Peirce*. *Cognitio*, 17 (1), 119-130. <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitiofilosofia/article/view/30223/21695>
- Santaella, L. (1990). *O que é Semiótica*. Brasiliense.
- Souza Junior, V. G. A. (2017). “Redemocratização” do Brasil: Convergências entre o projeto político da *Folha de S. Paulo* e de Golbery de Couto e Silva (1974-1981). In XXIX Simpósio Nacional de História - Contra os preconceitos: história e democracia, Anais... Universidade de Brasília. https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502753453_ARQUIVO_ANPUH2017-2.pdf
- Stuenkel, O. (2019). *É preciso resgatar da extrema direita os símbolos nacionais – Em várias democracias ao redor do mundo radicais têm se apropriado de bandeiras nacionais para poder chamar vozes discordantes de inimigos da pátria*. EL PAÍS, Opinião. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/12/opinion/1560348817_282472.html
- Universidade de São Paulo (USP). (s/d). Ensaio acadêmico: Orientações para a realização da atividade. In *Introdução ao Ensino de Biologia*. E-Disciplinas USP. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2265968/mod_resource/content/1/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20para%20o%20Ensaio%20Acad%C3%AAmico%20IEB.pdf
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). (2009). *Dicas sobre como escrever um ensaio*. Repositório UFSC. https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/116800/DICAS_SOBRE_COMO_ESCREVER_UM_ENSAIO.pdf
- Vieira, E. A. (2015). *O movimento das Diretas Já e a cobertura fotográfica da revista Veja*. (Monografia de Graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal de Campina Grande). <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/bitstream/riufcg/8735/3/EVANDY%20ALVES%20VIEIRA.%20TCC.%20LICENCIATURA%20PLENA%20EM%20HIST%20C3%93RIA.2015.pdf>
- Zuliani, M. C. (2011). *O Conceito da Consciência Social na Tese de Sinequismo de Charles S. Peirce* (Mestrado em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Sapientia PUC SP. <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/11592/1/Maria%20Conceicao%20Zuliani.pdf>